

Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil

Contexto

O Brasil passou nos últimos anos por um rápido processo de urbanização. Em 2010 (último censo) o grau da urbanização totalizou 85%, portanto a maior parte da produção econômica se concentra nas cidades. Nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras vivem mais de 50% da população nacional, em contrapartida cerca de 85% dos 5.570 municípios tem menos de 100.000 habitantes. Atualmente os maiores índices de crescimento urbano concentram-se nas cidades de médio e pequeno porte.

O crescimento das cidades, em número e expansão, desafiou as estruturas da administração e de planejamento dos municípios e das áreas metropolitanas. O resultado é uma infraestrutura técnica (transporte, saneamento, incluindo resíduos sólidos) deficiente e mal distribuída, além de insuficiência de equipamentos públicos e comunitários, o que contribui para uma disparidade social e problemas ambientais. Assentamentos informais se situam, frequentemente, em áreas de risco como margens inundáveis e encostas. Estimativas apontam que existem cerca de 45 milhões de habitantes vivendo nessas áreas das cidades. Diante do crescimento de ocorrências de eventos extremos nos últimos anos, devido às mudanças climáticas e uma alta degradação dos recursos naturais, impactos como enchentes, deslizamentos e escassez de água, em consequência de períodos secos, se intensificaram em quase todas as zonas urbanas do país.

Em 2003 foi promulgada a lei de criação do Ministério das Cidades, com a mudança de governo em 2019 houve a fusão de dois ministérios, das Cidades e da Integração, resultando no Ministério do Desenvolvimento Regional. Este tem a competência de elaborar e coordenar a política de desenvolvimento regional e urbano além das políticas setoriais de habitação, saneamento, recursos hídricos e mobilidade urbana. A Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SNDRU) é responsável pelo suporte aos municípios nos processos de desenvolvimento territorial, na elaboração dos planos de desenvolvimento urbano e nas questões

dos direitos de propriedade, além da gestão dos assentamentos nas áreas de riscos.

No que tange a gestão do meio ambiente a nível nacional, o Ministério do Meio Ambiente é o órgão responsável e também parceiro desse Projeto. Este órgão federal conseguiu atuar apenas pontualmente no tema urbano nos últimos anos. A cooperação entre esses dois ministérios deve ser fortalecida, a fim de promover a implementação de políticas regulatórias e instrumentos ambientais nacionais.

Designação	Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS)
Por encargo do	Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU); Ministério Federal do Interior para construção e pátria (BMI)
País	Brasil
Contraparte	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Ministério de Meio Ambiente (MMA), municípios e estados selecionados
Volume	6.000.000,00 €
Duração	07/2017 até 03/2022

No ano de 2001 foi promulgado o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) que traz as diretrizes e normas gerais para o desenvolvimento urbano, com foco no desenvolvimento sustentável e democrático, que auxiliam na garantia do direito à cidade. Uma das diretrizes mais importantes estabelecidas foi a obrigação de elaboração do Plano Diretor em todos os municípios com mais de 20.000 habitantes. Eles devem ser adaptados de forma realista para as diversas capacidades dos pequenos e grandes municípios. No ano de 2015, o Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015) estabeleceu que os municípios de regiões



Rio de Janeiro, RJ

metropolitanas e aglomerações urbanas devam elaborar planos diretores compatibilizados com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

Os instrumentos para o desenvolvimento urbano devem ser sintonizados com dispositivos de planejamento ambiental e territorial, além da prevenção e proteção civil. Especialmente no Plano Nacional de Adaptação (PNA), as cidades têm o papel preponderante nos processos de mudança climática e estão sendo tratadas em um capítulo próprio.

O desafio central no contexto nacional reside, especialmente, no aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e ambiental. Tal desafio deverá contemplar o uso sustentável dos recursos naturais e dos espaços disponíveis e adaptados aos processos de mudança do clima, uma vez que as normativas existentes são incompletas, parcialmente incoerentes e pouco operacionais. Destaca-se ainda que tais atribuições e responsabilidades se apresentam distribuídas em diversas secretarias nacionais e departamentos. Dessa maneira, os mecanismos para a cooperação intra e interinstitucional e nas três esferas de governo necessitam ser aprimorados.

Objetivo

O objetivo do projeto é implementar estratégias coordenadas e articuladas, nas esferas federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento urbano sustentável, incluindo estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Procedimento

O projeto visa apoiar governos, instituições e entidades nas esferas federal, estadual e municipal na implementação de estratégias de planejamento e gestão urbana sustentável com foco em mitigação e adaptação à mudança do clima. Também serão consideradas as interrelações com o entorno e a geração de serviços ecossistêmicos - os benefícios providos pela natureza - para os municípios. Regulamentações, instrumentos e orientações existentes serão aprimorados, testados, e se necessário, instituídos no âmbito de projetos piloto. As abordagens de desenvolvimento urbano sustentável serão integradas às políticas públicas, programas setoriais e linhas de financiamento direcionados às cidades e Regiões Metropolitanas. A capacitação e difusão possibilitarão sua aplicação por municípios, Regiões Metropolitanas, além de outros atores institucionais. Assim, a médio prazo, as cidades brasileiras poderão atender aos critérios de sustentabilidade e enfrentamento da mudança do clima além do aprimorar a política nacional de desenvolvimento urbano. A Parceria Brasil-Alemanha sobre Urbanização permitirá apoiar processos de aprendizagem e intercâmbio internacionais, fomentando a implementação da Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030.

A incorporação dos instrumentos de desenvolvimento urbano sustentável aprimorados e aperfeiçoados em políticas públicas, programas setoriais e linhas de financiamento assegura impactos para além do período de vigência do projeto. A gestão de conhecimentos, os intercâmbios e a difusão de conhecimento permitirão que as experiências do projeto sejam adotadas por um público amplo. A institucionalização dos módulos de capacitação e aprendizagem será particularmente importante para os efeitos multiplicadores e a aplicação continuada das abordagens. A implementação da Parceria Brasil-Alemanha sobre Urbanização apoiará a incorporação das experiências brasileiras de integração de sustentabilidade e enfrentamento da mudança do clima no planejamento e na gestão urbana em processos internacionais. Desta forma, será fortalecido o protagonismo dos municípios na melhoria das condições de vida urbana, no alcance de metas climáticas e de manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas em âmbito nacional e internacional.

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sedes em Bonn e Eschborn GIZ Agencia Brasília SCN Quadra 01 bloco C sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70.711-902 Brasília DF T + 55-61-2101-2170 F + 55-61-2101-2166 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil	Parceiro	Ministério do Desenvolvimento Regional Sec. Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) SGAN Quadra 906, ao lado do CEUB Edifício Celso Furtado – 2º andar, sala 213 70297-400 – Brasília – DF, Brasil
Responsável	Dr. Günther Wehenpohl	Por encargo do	Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU); Ministério Federal do Interior para Construção e Pátria (BMI)
Status	Setembro 2019	Endereço	BMU Bonn Robert-Schuman-Platz 3 53175 Bonn, Germany T +49 (0)228 99 305-0 F +49 (0) 228 99 305-3225 BMU Berlin Stresemannstraße 128 - 130 10117 Berlin, Germany T +49 (0)30 18 305-0 F +49 (0)30 18 305-4375 service@bmub.bund.de www.bmu.de

A GIZ é responsável pelo conteúdo de esta publicação.